

FNE pede a novo Governo reforço de verbas de 6% do PIB para a Educação

Publico.pt/2024/03/12/sociedade/noticia/fne-pede-novo-governo-reforco-verbas-6-pib-educacao-2083417

Lusa



Educação

Muitos trabalhadores escolares ganham “salários próximos do mínimo nacional”, lembra sindicato, sublinhando também a necessidade de promover o rejuvenescimento dos profissionais do sector.



Foto

FNE pede ao novo Governo atenção às questões laborais dos profissionais da Educação Rui Soares

Ouçã este artigo

00:00

02:08

Gostaria de ouvir? Assine já

A Federação Nacional da Educação (FNE) defendeu hoje um reforço de financiamento no sector de, pelo menos, 6% do PIB e melhores condições laborais, lembrando que muitos trabalhadores escolares ganham "salários próximos do mínimo nacional".

"É inadmissível a contínua degradação das suas condições de trabalho, nomeadamente no que concerne à remuneração", critica a comissão executiva da FNE em comunicado enviado hoje para as redacções.

Segundo a FNE, os docentes e técnicos superiores perderam entre 25% a 30% do seu poder de compra, assim como muitos outros "trabalhadores nas escolas auferem salários próximos do mínimo nacional, sem perspectivas de progressão na carreira".

A FNE pede ao próximo Governo que assuma o compromisso de recuperar o poder de compra dos educadores, através da actualização dos seus índices remuneratórios.

Este é uma das reivindicações da federação que defende o reforço de financiamento do sector em, pelo menos, 6% do PIB até ao final da actual legislatura, de forma a responder a todos os sectores da educação, desde a educação para a infância até ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida.

"A educação e a formação devem ser o pilar central das políticas públicas do próximo Governo. Esta visão assenta na inegável importância da educação como motor do progresso económico, social e ambiental, assegurando um futuro próspero e sustentável para Portugal", afirma a comissão executiva.

A FNE apela à rápida implementação de processos negociais que visem a resolução célere de vários desafios, como o de garantir que o próximo ano lectivo seja preparado atempadamente e que sejam reforçadas medidas que previnem a indisciplina e violência em ambiente escolar.

No caso concreto dos professores, a FNE volta a alertar para a necessidade de medidas que tornem a profissão atractiva de forma a conseguir atrair mais jovens e assim promover o rejuvenescimento dos profissionais (a maioria dos professores do ensino obrigatório tem mais de 50 anos).

Iniciar processos negociais que tenham por objectivo a valorização da carreira docente, garantindo que todo o tempo trabalhado será contabilizado para efeitos de progressão ou aposentação é outra das reivindicações.

No ensino superior e na ciência, a prioridade deve ser para o fim dos vínculos precários e para a valorização das carreiras de investigação.